



Anais da Assembléia

Nº 123

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1992
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zannusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). - Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Dalton Machuca, Cezar Silvestri, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha e Renato Adur (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei n°s 226/92, 228/92 e 229/92 constantes na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO N° 1329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão; que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO N° 1343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a INVERSAO na discussão e votação da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO TELMANN, que sempre lutou em prol da Zona Rural, fazendo amigos e construindo o progresso de sua comunidade alicerçado sempre na sua irrepreensível conduta.

Outrossim, solicitamos, que, da decisão desta Casa, seja dada ciência à família através da Sra. LIDIA TELMANN, na localidade de Campina dos Martins, Município de Rio Negro, CEP 83.880000.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI.

REQUERIMENTO N° 1330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO BELINATI, Prefeito Municipal de LONDRINA pela inauguração do AUTÓDROMO INTERNACIONAL daquela cidade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Prefeito Antonio Belinati.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Autódromo Internacional de Londrina, inaugurado oficialmente no último domingo como um dos melhores do mundo, veio do sonho à realidade. É uma obra que marca o ingresso da cidade de Londrina numa era

esportiva e dá à cidade outro status. Além de um novo palco para a prática de esportes, o autódromo dará certamente a Londrina, também algum impulso, apesar da crise econômica nacional.

É evidente que a inauguração do autódromo Internacional trará benefícios econômicos, movimentando hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos voltados para o turismo.

A inauguração do Autódromo Internacional de Londrina, foi sem dúvida um fato que será internacionalmente reconhecido, tanto pelos meios de comunicação que fizeram a cobertura jornalística, quanto pelos esportistas participantes.

O Prefeito Antônio Belinati, respaldado por uma extraordinária credibilidade junto a opinião pública de Londrina, merece e deve receber este registro da Assembleia Legislativa do Paraná, pela inauguração do Autódromo Internacional que representa o verdadeiro espírito positivista e comprovadamente eficiente trabalhando sempre para a grande penetração conquistada pela população de Londrina ao longo dos anos de atividades diversificadas, transformando aquela cidade no que é hoje.

É salutar ver a disposição do Prefeito Antônio Belinati e toda a comunidade londrinense, ampliando e diversificando atividades que certamente atrairão outros grandiosos empreendimentos.

Na atual conjuntura brasileira a inauguração do novo autódromo, tem uma importância especial porque é no momento de tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante de circunstâncias da política econômica do país, a Prefeitura Municipal, os empresários e a comunidade em geral desenvolveram um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida revelando capacidade e visão empreendedora, mesmo em momentos incertos como os que vivemos.

Estamos felizes todos nós que vemos ser hasteada a bandeira londrinense no templo do progresso.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com o Prefeito Antônio Belinati e todo o seu corpo de auxiliares, bem como todo o segmento da cidade de Londrina, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 1335

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Governador do Estado, Doutor ROBERTO REQUIÃO, bem como ao Secretário de Estado da Saúde, Doutor, NIZAN PEREIRA AL-

MEIDA, solicitando providências urgentes no combate à LEISHMANIOSE, nas regiões de Maringá, Campo Mourão, Cianorte, Nova Esperança e Paranavaí.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

Destacamos-lhe que se trata de doença grave, causada por protozoários do gênero "Leishmania" e transmitida por mosquito, que vem se tornando cada vez mais frequente nas cidades da região, principalmente na região São Jorge do Ivaí, onde já existem mais de 50 casos.

Salientamos-lhe, ainda, que o tratamento das vítimas da Leishmaniose é baseado em injeções, num total de 50, cujos preços são altos, não estando, assim, ao alcance da grande maioria da população.

Vale ainda frisar que a responsabilidade pelo combate de tão terrível doença, que causa dolorosas feridas pelos corpos das vítimas, é inicialmente, da Fundação Nacional da Saúde (antiga Sucam), através do trabalho de prevenção, vez que, pela forma de contágio, as regiões ribeirinhas, e onde se encontram águas paradas, são as mais perigosas, sendo que a realização de operações de conscientização e profilaxia em muito contribuíram para a solução do problema.

Dai a razão do presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 1342

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes - Dr. Afonso Camargo Neto, solicitando sua interferência junto à Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S.A., no sentido de que seja encontrada uma solução racional e satisfatória para o problema dos "tiquetes" refeição que passaram a ser fornecidos pela Empresa NUTRITICK, que, apesar de ser a concessionária exclusiva, não consegue cumprir as suas finalidades, já que os vales são fornecidos sempre com atraso e não tem aceitação pelos estabelecimentos comerciais, de um modo geral.

Destacamos, outrossim, que a empresa que anteriormente prestava o mesmo serviço satisfazia plenamente seus objetivos, e a sua substituição inexplicável vem causando prejuízos e transtornos a toda classe ferroviária, que inclusive sugere que o "tiquete refeição" seja substituído pelo "vale-alimentação", de plena aceitação em todos os estabelecimentos comerciais, principalmente supermercados.

Outrossim, solicitando que cópia deste requerimento, após devidamente aprovado,

seja encaminhado ao Senhor Superintendente Regional da RFF S/A - Dr. TARCISIO HENRICH, bem como ao ferroviário RENE SILVA, residente à Rua Tte. Francisco Ferreira de Souza, 2766, casa 4, Bairro Boqueirão, nesta cidade, que, representando os ferroviários, encaminhou a este parlamentar os anseios de sua classe.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 1331

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado expediente ao Governador do Estado, requerendo seja determinado ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado, a reprodução e venda a preço de custo, do relatório divulgado pela C.P.I. que apurou irregularidades do chamado "Esquema P.C.", a fim de que os paranaenses interessados nas suas conclusões, tenham total acesso ao mesmo.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO N° 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja encaminhado expediente, antecipado pela via telex, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Federal, sugerindo-lhe a remessa de cópias do relatório da C.P.I do "esquema P.C.", a todos os Governadores, Prefeitos, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, a fim de que a população brasileira possa ter acesso ao mesmo, requisitando-se 60 (sessenta) exemplares para esta Casa.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O relatório da C.P.I. que apurou os fatos relacionados com o "Esquema P.C." foi divulgado por diversos meios de comunicação, mas, como se sabe, é muito extenso.

Alguns pontos estão sendo contestados, embora os dados levados ao conhecimento público sejam, a princípio, estarrecedores.

É justo, portanto, que a população brasileira possa ter maior acesso ao que foi apurado, para melhor inteirar-se dos fatos.

O povo deve participar diretamente desse processo histórico conhecendo o que se passa com a crise ética e moral do País.

REQUERIMENTO N° 1334

Senhor Presidente.

Curitiba, quarta, em 26.08.92

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando-lhe o envio de remessa de Mensagem, para sanar o vício de iniciativa do processo legislativo que motivou o veto ao Projeto de Lei n° 510/91, que trata da Gratificação de Regência de Classe na forma do parecer aprovado pela douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, juntamente com a cópia do projeto, emenda aprovada, pareceres e redação final inclusive veto e parecer, para os devidos fins de direito, sugerindo-lhe, ainda, a correção do texto do artigo 2°, onde se lê "aos professores aposentados", para fazer constar "aos integrantes das carreiras do magistério aposentados", pois, a única razão do plano de lei não ter sido sancionado, segundo foi justificado pelo Chefe do Poder Executivo, teria sido a inconstitucionalidade gerada pelo início do processo legislativo irregular, o qual, conforme entendeu a C.C.J., poderá ser sanado.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: João Arruda, Eurides Moura, Algaci Túlio e Mário Bezerra.

REQUERIMENTO N° 1339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, expediente solicitando respaldo técnico e financeiro à APAE do Município de Irati.

Fruto da sensibilidade social por parte dos seus idealizadores e da consequência direta no tangir ao expreivo úmero de crianças que necessitam de cuidados especiais é que foi criada a APAE. Atualmente em torno de 90 crianças a referida entidade, embora contando com abnegados esforços necessita, urgentemente, de uma infra-estrutura capaz de efetivamente assegurar as condições essenciais a que está se propondo.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, objetivando a ampliação do centro de atendimento de reeducação visual da Escola Estadual Duque de Caxias, localizada no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, expediente solicitando respaldo técnico e financeiro à APAE do Município de Rebouças.

Fruto da sensibilidade social por parte dos seus idealizadores e da consequência direta no tangir ao expressivo número de crianças que necessitam de cuidados especiais é que foi criada a APAE. Atualmente em torno de 40 crianças a referida entidade, embora contando com abnegados esforços necessita, urgentemente, de uma infra-estrutura capaz de efetivamente assegurar as condições essenciais a que estão se propondo.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1337

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requerem a V.Exa. que sejam tomadas as providências cabíveis para a transcrição da matéria "Monumento a Getúlio Vargas", em anexo, de autoria do Sr. Léo de Almeida Neves, divulgada em 13/08/92 pelo jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA, RAFAEL GRECA DE MACEDO, PAULO MAIA, EMÍLIA BELINATI, ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa prende-se ao fato de que, em momentos de crise como os que vivenciamos, as pessoas costumam comparar fatos e episódios atuais com os acontecimentos em tempos passados, às vezes, até cometendo equívocos por não conhecerem a verdadeira história, aqui relatada pelo ex-deputado trabalhista Léo de Almeida Neves.

Neste sentido, consideramos oportuno o arquivo desta matéria, intitulada "Monumento a Getúlio Vargas", na semana em que se completam 38 anos do trágico desaparecimento do ex-Presidente.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 232/92

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica obrigado o proprietário de imóvel com área superior a um módulo rural a destinar um mínimo de 10% (dez por cento) de sua área total para a produção agrícola.

Art. 2° - A fiscalização ao cumprimento desta lei fica a cargo da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, através de seus técnicos.

Paragrafo Único - Os agricultores terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, para adequarem suas propriedades às novas exigências legais.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Paraná um estado agrícola, que possui uma das maiores produções de grãos do País, não podemos admitir a existência de propriedades rurais improdutivas, sem gerarem, além de produção agrícola, emprego para uma imensa gama da população que sobrevive do trabalho agrícola.

O art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal, estabelece competência aos Estados para fomentar a produção agrícola, organizando o abastecimento alimentar.

É necessário que os proprietários de terras no Paraná conscientizem-se da importância de suas propriedades, tanto para o engrandecimento do Estado como "celeiro" do País, quanto no aspecto social, na geração de empregos, fixando o homem do campo na terra, e com isso, evitando as inevitáveis migrações para as grandes cidades.

Com a abertura de novas lavouras, todos têm a ganhar; o município ao desincumbir-se de manter as famílias dos bóias-frias desempregados; os proprietários de terras que utilizariam suas áreas para a produção agrícola, mas, principalmente, os lavradores que teriam uma área para trabalhar e manter suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Grande Expediente tem a palavra Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós assistimos ontem, em Curitiba, acreditamos que uma das grandes manifestações deste País, mostrando a sua indignidade, a sua vontade de ver transparente a realidade colocada através da CPI do Congresso Nacional. Não há mais o que esconder, não há como mentir à Nação. Esta Casa foi pioneira na História pela iniciativa que tomou pedindo que, de fato, aqueles denunciados pela CPI fossem punidos exemplarmente. Vemos hoje o encaminhamento, acreditamos que até o presente momento não tenha sido encerrado ainda no Congresso Nacional, o encaminhamento da Votação do Relatório da referida CPI.

Assistimos ontem uma das maiores mani-

festações cívicas, como havíamos dito, e lá estivemos naquela praça pública, como havíamos garantido à imprensa do Paraná que lá estaríamos, que lá estaria a nossa Bancada, dando apoio a esta manifestação, como fizemos nesta Casa, por escrito antes do primeiro ato público de manifestação. Naquela oportunidade, lamentavelmente não pudemos estar presentes, dizíamos na oportunidade o porquê, mas, lamentavelmente nenhum representante da nossa Bancada pode lá estar, naquela oportunidade. Mas havíamos deixado registrado aqui a nossa posição. Temos que destacar também a preocupação que houve de alguns Partidos presentes na manifestação de ontem, para que não se explorasse aquilo que era um momento histórico e de grande preocupação, através de comícios políticos, através da exploração partidária. E eu aqui quero destacar o trabalho, neste sentido, feito pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB. De fato houve uma luta desses partidos evitando a exploração política, naquela oportunidade. Lamentamos não poder dizer o mesmo em relação ao PMDB. Por que não podemos dizer o mesmo? Porque além da exploração feita com todo o seu material, com candidaturas e tudo mais, na hora do pronunciamento das representações políticas que compareceram ao movimento lamentamos, mais uma vez, em nome da nossa Bancada, que a organização daquele encontro, sabendo da nossa posição, aqui nessa Casa, em momento algum procurou destacar também a nossa presença a presença da Bancada do PDT, nesta Casa, como também vimos Deputados de outros Partidos que estão engajados neste movimento e que não foram citados. Isso tudo tem que se lamentar! Porque no momento em que se cobra a união de toda a Nação, de todos os políticos deste País, nós devemos esquecer as questões de siglas partidárias e era o que lá diziam alguns partidos e lamentavelmente a direção do movimento não se ateuve a isso? Porque até aqueles que nesta Casa, pertencentes ao PFL ou ao PRN, que tomaram posição contrária a esta corrupção e merecem destaque da sociedade paranaense e brasileira. Esta preocupação foi tida por alguns partidos e, dentre os partidos, ou destaque esta postura do Partido dos Trabalhadores e do PSDB. De fato foi uma postura digna porque era um movimento suprapartidário, mas lamentamos que naquela mesma oportunidade, quando tentaram através daquele candidato "laranja" que o PMDB tem como "testa de ferro", chamado Doático do Santos, nós lamentávamos quando ele pedia um coro sob vaías, porque ali foi dito que não se faria exploração política, e sob vaías esse candidato pedia vaías ao PDT de Leonel Brizola, a Jaime Lerner, à Rafael Greca, demonstrando a sua

odiosidade, tentando descaracterizar, com isso, o movimento cívico da classe pública. Faltou acrescentar àquele pedido do eminente "laranja" que naquele momento também o PMDB devia pedir vaías a quem, dentro da sua sigla, fazia a maior corrupção e era o "testa de ferro" da corrupção da história desse País, chamado Paulo, César Farias. Esqueceu-se ele de pedir vaías a este cidadão que está nas fileiras, que é filiado ao PMDB, PMDB, que nós não podemos esquecer, jamais, a sociedade brasileira, a classe política brasileira e paranaense, que foi Governo com o Senhor José Sarney, que também é responsável pela desgraça que hoje está aí assolando o País. Temos que destacar que homens sérios fazem parte deste Partido, sem dúvida.

Tínhamos certeza de que o PDT brilhantemente acompanhava os desdobramentos desta CPI e está se posicionando de forma a dar transparência à vida nacional. Aqui no Paraná nós já havíamos tomado esta postura. Ao nível nacional nós estamos vendo hoje estampada nos jornais deste País a postura de toda a Bancada do Partido do Congresso Nacional favorável à votação do "impeachment" e da punição exemplar daqueles que corromperam o Brasil e que deixaram o Brasil nas condições em que se encontra. Isto tudo é lamentável. Isso tudo tem que ser posto a limpo porque, obviamente, este movimento não pertence a um determinado segmento político, este movimento pertence a todos os segmentos políticos.

Quando nós vimos, ontem, naquela praça pública, a tentativa daqueles que não querem reconhecer a estrela que é o Governador Leonel Brizola, que é Jaime Lerner do Paraná e que é a candidatura do nosso companheiro Rafael Greca em Curitiba, daqueles que procuram aproveitar desses momentos para tentar atingir de forma maldosa, para tentar destruir de forma enganosa o movimento do povo brasileiro, procurando atingir estes que têm uma vida limpa na história deste País.

Nós temos que destacar o que traz hoje a FOLHA DE SÃO PAULO quando diz, e nós já colocamos em outras oportunidades, que o "impeachment" terá trinta e um votos do PDS. Ora, eu creio que neste momento nós teríamos que ter todos os votos do Congresso Nacional e destacar aqueles homens políticos que estão tendo a coragem de vir a público e assumir esta postura. Neste mesmo Jornal, nós vemos aqui colocada uma matéria dizendo: "Partido expulsa o empresário PC. A Direção do PMDB decidiu expulsar do Partido numa reunião realizada na sexta-feira em Maceió o Empresário Paulo César Farias do PC. Já enviávamos um pedido ao TRE para que nos li-

vre desta companhia desagradável", disse o Presidente do PMDB em Alagoas Djalma Falcão.

Em São Paulo durante os debates dos candidatos à Prefeitura na TV Globo há 10 dias Paulo Malluf mostrou que o PC era um ilustre filiado do Partido comandado por Orestes Quércia. PC apenas riu quando soube do ato dos peemedebistas, disse que já esperava esta atitude.

Nós temos certeza que atos semelhantes a este deveriam ser tomados por todos os partidos, para evitar que esses tipos de exploradores se escondam numa sigla partidária e procurem com isso se beneficiar da coisa pública, isto é um péssimo exemplo, é uma péssima conduta do cidadão brasileiro, é uma péssima conduta daqueles que procuram se locupletar do poder de influência através de um Partido político.

Nós temos a dizer, o PDT desde o início se pronunciava pela legalidade, e a legalidade está mostrada hoje no relatório da CPI. Dizer que ela é acusatória, que não admite a manifestação do Presidente da República é querer esconder a corrupção que foi denunciada pela CPI. O PDT tem se posicionado e tem dito que esta CPI não deve se resumir apenas ao caso PC Farias, e tanto é que foi influência do Partido que não se esquecesse de colocar também uma Comissão Parlamentar de Inquérito para cobrar as transações da Vasp em São Paulo ainda no Governo Quércia hoje Presidente Nacional do PMDB e isto deve acontecer, esta realidade deve ser posta às limpas, como deve ser posto às limpas a facilidade que teve o empresário Roberto Marinho em conseguir junto a Caixa Econômica Federal trinta e oito milhões de dólares do fundo de garantia do tempo de serviço do trabalhador brasileiro, porque facilidades para uns e dificuldades para outros? Está aí a falta de moradia, está aí o descalço e descamisado esperando a promessa feita quando foi para ganhar o seu voto.

Não seremos tão simplistas assim, não aceitaremos, obviamente, isto está bastante claro e bastante transparente umas posições dóceis aqui nesta Casa quando nossa Bancada colocou por escrito, sendo uma das primeiras a colocar por escrito nesta Casa a sua posição, obviamente o PT havia puxado a luta para que nós nos manifestássemos em apoio à CPI, e nós apresentávamos por escrito a nossa posição na Casa, mesmo sendo entendida por alguns órgãos da imprensa como sendo contrários ao "impeachment", mas nós tínhamos a certeza e aqui havíamos deixado registrado que éramos favoráveis à transparência dos fatos, ao fortalecimento da CPI, e a punição exemplar àqueles que envergonhavam a vida desse País.

Lamentamos profundamente que as críti-

cas e a falta de menção a presença do PDT ontem àquela Praça Pública e às críticas feitas à Liderança Nacional e a tentativa de desvirtuar o movimento do povo brasileiro aqui em Curitiba tivesse o objetivo do PMDB em atingir a candidatura que com certeza será vitoriosa do nosso companheiro Rafael Greca aqui e tentaram também macular a imagem, sem dúvida do líder maior do PDT, o Governador Leonel Brizola, que deixou por diversas vezes a sua posição coerente e no momento exato, o PDT mostra ao Brasil, numa das maiores manifestações da vida cívica deste País, mostra ao Brasil que ele é coerente com as suas posturas limpas, com as suas posturas transparentes, quando vem no momento exato também à praça pública demonstrar o seu descontentamento a sua insatisfação, demonstrar que ele não vai fugir a responsabilidade de votar contra esses criminosos denunciados pela CPI.

Aqui no Paraná e bem recentemente e a história está a registrar, nós tivemos posição até e desta tribuna falava o nobre companheiro Nelson Justus, num dos pronunciamentos da última quinta-feira, que aqui neste Estado, eu creio que todos estão lembrados de quando o companheiro Nelson Justus citava, todos colocaram-se atentos, porque era uma realidade, quando aqui no Paraná o ex-governador dizia ao Presidente Collor "avante Presidente" e isto não pode ser esquecido, obviamente que era uma posição e uma postura na época do governador do Estado, por isso nós temos que ser coerentes com o movimento de rua, aplaudindo todos aqueles, independente das siglas partidárias, todos aqueles que têm coragem de se somar a denúncia de corrupção tamanha, como esta que envolve a Nação brasileira.

E nós não podemos nos esquecer dessas posturas. Nós não podemos deixar de enaltecer a posição que a maioria dos Deputados do Congresso Nacional, independentes das siglas partidárias vêm tomando para que de fato os culpados já denunciados pela CPI vão para a cadeia. Que os culpados da CPI devam ir para a cadeia.

Concedo aparte ao nobre Líder do governo, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Deputado Paulo Maia. Nós entendemos perfeitamente o descontentamento de V.Exa., com referência ao ato cívico realizado ontem na Boca Maldita.

É evidente que, da mesma forma, que nós sempre buscamos a participação da sociedade organizada nesses eventos, todos nós gostamos e gostaríamos que fôssemos também valorizados no momento em que na condição de parlamentares participemos,

como a maioria deste parlamento participou ontem daquele ato.

Agora eu não entendo de V.Exa. a colocação que faz com referência ao Vereador Doático Santos, principalmente quando chama o nosso vereador de "candidato laranja". Eu não entendo que ele assim o seja, porque é vereador perante a Câmara Municipal de Curitiba, um dos vereadores com uma das atuações mais brilhantes naquela casa de leis e nesta condição a exemplo de outros vereadores, citaria o caso aqui do Vereador do PT, Dr. Jorge Miguel Samek, tem procurado desenvolver um trabalho principalmente em favor daqueles que sem teto se encontram em nossa Capital.

Então eu não vejo porquê chamá-lo de "vereador laranja" ou de "candidato laranja", haja vista que ele é um parlamentar municipal, a exemplo que nós somos parlamentares estaduais, e que tem perante seus companheiros de Câmara Municipal uma consideração bastante expressiva pela atuação que desenvolve, não só em favor dos sem teto, mas em favor de todos aqueles que precisam da Câmara de Vereadores.

Outra questão que nós não podemos concordar com V.Exa. é a tentativa de colocar sobre os ombros do PMDB toda a desgraça existente neste País.

Eu me recordo, Deputado Paulo Maia, que nos idos de 1980, 81, lá em Ivaiporã, juntos militávamos em favor das causas defendidas pelo nosso MDB e posteriormente pelo nosso PMDB e por diversas vezes juntos participamos de eventos na nossa cidade de Ivaiporã, inclusive numa delas com o Deputado Hélio Duque, procurando mostrar a importância do trabalho que desenvolvia o MDB e o PMDB em favor da reconquista democrática, em favor das liberdades que não existiam.

Lembro também a V.Exa. que a Constituição Federal, muitas vezes invocada por V.Exa. para cobrar do Governo do Estado o cumprimento de alguns dispositivos em favor da sociedade, principalmente nos aspectos ligados ao funcionalismo, nos aspectos sociais, a Constituição de 1988, escrita pelos nossos dignos Constituintes, deve lembrar-se V.Exa. que dela participou o PMDB com a maior Bancada constituinte, e tenho certeza que as propostas que lá estão inseridas, muitas delas, e está aqui o Deputado Tavares, nosso Constituinte do PMDB, à época, poderá inclusive nos assegurar, muitas e muitas conquistas que são defendidas por V.Exa. são frutos inicialmente da idéia, do trabalho individual de cada Parlamentar, e posteriormente do número, da quantidade de votos que colocou o PMDB em favor daquela Constituição que é por V.Exa. defendida em muitas vezes. O mesmo exemplo pode ser citado agora.

O "impeachment" todos nós sabemos que para acontecer precisa de 2/3 e mais uma vez para que isto aconteça terá o PMDB que contribuir como contribuirá, e não é anúncio de última semana, não é anúncio de reta de chegada, porque o PMDB, seja através das Lideranças partidárias aqui do Paraná ou mesmo através das Lideranças do PMDB nacional, algumas das quais nós discordamos muitas vezes das suas posturas, mas que neste fato específico o PMDB, muito antes do que o PT, muito antes do que outros Partidos, o PMDB saiu à frente, através das suas Lideranças, principalmente do Paraná, que há mais de um ano o Governador Roberto Requião vem batendo duro, forte, e pedindo providências com relação a PC Farias, com relação a tantos outros que há mais de um ano já tentavam tirar proveito dessa intermediação em cima de obras ou coisas parecidas.

Então, Deputado, eu vejo que V.Exa., no mínimo, está sendo injusto com o nosso Partido, o PMDB, porque se a Constituição que aí está, e muitas vezes defendida por V.Exa., existe, uma parcela expressiva dessa Constituição é fruto do trabalho, dos votos que deu ao PMDB. E o "impeachment" só acontecerá se a Bancada majoritária no Congresso Nacional do PMDB apoiar, como está apoiando há muito tempo, mas bem muito tempo mais do que o Partido ao qual V.Exa. pertence, o PDT, que se decidiu através do seu Líder maior, o Governador Leonel Brizola a partir da última quinta ou sexta-feira, quando determinou-se que se promovesse aquela marcha lá no Rio de Janeiro, na última segunda-feira.

Então, eu vejo que esta péssima conduta que V.Exa. atribui ao nosso Partido, querendo dizer que o PMDB é o responsável pela desgraça nacional, eu acho que não tem fundamento. Dizer que o PDT estava a favor e buscando e cobrando a transparência dos fatos, eu acho que isto é uma coisa que nem precisa ser cobrado por um Parlamentar ou por um Partido que pretende ter uma postura correta, uma postura digna perante a Nação.

Eu acho que o mínimo que pode se esperar de um Parlamentar, de um político, de um Partido, é que ele defenda a transparência da coisa pública, dos atos praticados na administração pública. V.Exa. quando menciona a questão da moradia popular, eu lembro a V.Exa. que mais uma vez o Paraná saiu à frente; o Governador Roberto Requião, a Secretaria de Habitação, através do Secretário Romanelli, não ficaram aí esperando os recursos que não vinham, como não estão vindo do Governo Federal, e saíram em busca e resolveram o problema aqui dentro do Estado do Paraná e nesse sentido, Vossa Excelência inclusive, já nos ajudou em algumas oportunidades, vo-

tando aqui não só o orçamento, mas votando créditos suplementares para que esse programa de habitação - casa da família - possa no Paraná, caminhar como está caminhando.

Então veja Vossa Excelência, que existem sim, pessoas no PMDB com as quais não concordamos e que há mais de um ano, seja através da nossa pessoa na liderança do Partido, através da pessoa do nosso Governador Roberto Requião, através do nosso Presidente, Nivaldo Krüeger do PMDB, nós estamos nos manifestando contrariamente à postura destas pessoas e se existem pessoas que não têm uma conduta digna, uma conduta honrada dentro do nosso partido, também existe dentro do partido, o PDT.

Então eu acho que não é por aí que nós devemos conduzir a conversação. Eu acho que tem Vossa Excelência que defender a postura do vosso partido e que está agora empenhado no "impeachment", mas não pode Vossa Excelência, querer justificar a posição do PDT e enlamear todo o nosso partido, o PMDB, dizendo que ele é responsável pela desgraça nacional que está aí, porque na verdade, Vossa Excelência sabe que não é, porque se hoje existem as liberdades democráticas, eleições diretas e todas as conquistas que existem nesse País, é graças aos nossos velhos amigos guerreiros do MDB e graças principalmente aos nossos companheiros do PMDB que lutaram desde 1.967 para que nós pudéssemos derrubar o regime militar e implantar uma democracia no País. Quem fez isso não merece a pêcha de ser responsável pela desgraça do País.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência e não entendi o porquê de Vossa Excelência ter se ofendido, porque destacava, quando dizia dos homens sérios do PMDB. Agora, se Vossa Excelência defende a seriedade, através da política do Quêrcia, que é Presidente do seu partido, eu não posso fazer nada.

(Vozes paralelas dos Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está com o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - E se Vossa Excelência se ofendeu porque eu condenei de fato aquele PMDB, não o PMDB do bipartidarismo que eu respeito, o MDB do bipartidarismo eu respeito. Eu respeito homens sérios e Vossa Excelência citou muito bem aqui, um que é o Deputado Tavares. Existem tantos outros. Participei de mobilizações sim, na época do bipartidarismo, mas jamais filiado ao MDB. Defendi a luta do bipartidarismo e naquela época também não tinha o PT como também não tinham outros partidos políticos.

Mas, se Vossa Excelência se coloca ao lado do PMDB do Quêrcia, denunciado pelo seu ex-Governador Álvaro Dias, eu não posso me colocar desse lado. Eu acho que estou defendendo o partido e os homens sérios que ainda estão dentro do PMDB. Com estes, eu me somo. Se Vossa Excelência, se soma a todos, talvez se some também ao PC nesse momento, o que nós não nos somaremos.

Quando eu disse que considerava laranja o candidato a Vereador, Doático Santos, eu disse que ele fazia de fato e continua fazendo papel de laranja, porque no momento em que se fazia uma manifestação suprapartidária, onde todos os partidos políticos, naquela praça, respeitava o movimento que estava se fazendo em defesa dos interesses do Brasil, apenas ele procurava desvirtuar a intenção do movimento, que era pela garantia das coisas desse País e por isso nós vamos lutar sim, mas jamais nos fecharemos à política que foi denunciada pelo ex-Governador Álvaro Dias e pelo próprio Governador Roberto Requião que, inclusive, chegou a pôr o "disque-Quêrcia", porque o considerava um dos maiores corruptos da história desse País e foi quando foi punido pelo seu próprio partido com a sua expulsão e eu não estou defendendo, Deputado Pessuti, o PMDB de Quêrcia e as coisas feitas por Quêrcia que o seu próprio ex-Governador e Governador condenaram.

Eu estou condenando os homens errados que estão dentro das siglas partidárias. Eu não estou dizendo que dentro do meu partido, dentro do PDT tenham apenas freiras. Nós temos aqui dentro, pessoas com defeitos também, mas temos uma maioria de homens sérios que sabem se posicionar de forma séria.

E eu tenho certeza de que neste momento não me decepcionei ao vir para o PMDB, como me indicava a maioria daqueles que tiveram em nossa campanha. Por quê? Porque estou vendo que estou de fato envolvido com homens sérios, estou envolvido com pessoas sérias e que querem a seriedade deste País.

Nós queremos é que se defenda esta seriedade e nos congratulamos...

(E-lhe tirado o som)

Senhor Presidente, nós nos congratulamos. E só tenho a registrar nesse momento que a decisão do Congresso Nacional não será a única de partido algum, ela será de todas as representações partidárias daquela Casa.

Não é apenas o PMDB quem vai decidir, quem vai decidir ou quem vai dizer o que se decide a nível de Nação são todos os partidos políticos, são todos os políticos, independente de sigla partidária que tenham coragem de assumir e dar um não

a esta corrupção e a esta palhaçada posta a nível de Brasil. E, com isto, e nisto se somam PMDB e tantos outros partidos políticos cujos representantes, eleitos pelo povo, estão tomando postura desta natureza.

E aqui não gostaria de destacar nenhum partido político porque em todos eles, na hora do voto em que a Nação deve conhecer a realidade, vamos saber de fato quem votará com o Brasil e quem votará contra a corrupção. E eu creio que a postura é essa, e não de se defender neste momento, como ontem tentaram fazer em praça pública, única e exclusivamente um partido político e querer condenar as posturas de outros partidos.

Nós acreditamos e Vossa Excelência registrou, e eu sempre mencionei isso, na história do bipartidarismo nós tínhamos que nos somar àqueles que defendiam os interesses do povo. Aquele grupo sério que se encontrava dentro do MDB, e nos somamos a isso em diferentes manifestações. Mas, lamentamos também, quando partimos para o pluripartidarismo, onde os homens que nós condenávamos na ARENA e no PDS vinham comandar justamente o partido que chegava ao poder, que era o José Sarney. Isto o Brasil sentiu. Isto, aqueles correligionários de luta do velho MDB, não assumiram e deixaram a sigla partidária.

Esta é a realidade.

Esta é uma realidade que o Brasil cobra até hoje. Não estamos querendo dizer que a crise que hoje está imposta ao País seja de responsabilidade única do PMDB; mas tenho certeza que não foi responsabilidade do MDB. Mas quando o Partido também se prostituiu com aquelas figuras trazidas da velha ditadura com as repressões, nós sabemos que a coisa mudou totalmente. E destaco os homens sérios.

Quando Vossa Excelência coloca que o PDT veio vestir a camisa apenas na última semana, não concordamos com isto porque aqui já havíamos tomado posição neste sentido.

Queremos também, para colocar a verdade dos fatos, que o que consta aqui na "Folha de São Paulo" (exibe o referido Jornal) se torne uma realidade: (Lê - "Vasp e Rede OM ficam fora do relatório"). E aqui estão uma série de denúncias contra a Vasp, Canhedo, contra a Rede OM e contra tantos outros grupos que denigrem a imagem do Brasil.

Eu acho que estamos cobrando esta transparência e o PDT está se somando e está exigindo que se faça esta cobrança, que não se prendam apenas no caso PC Farias. A Nação está enojada. E quando nos deparamos com esta ojeriza, que existe pela sociedade em relação a classe política, talvez seja pela falta de postura que está

posta aí como nós estamos vendo hoje.

O Sr. Algaci Túlio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PAULO MAIA - Concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentar o Deputado Paulo Maia pela sua postura, mais uma vez nesta tribuna, em defesa da liberdade democrática e não apenas em defesa do nosso Partido, o PDT.

Eu dizia já anteriormente que a questão do "impeachment" não tem cor partidária. A cor é verde-amarela, mas é cor da seriedade deste País. O PDT está dentro desta CPI. Inclusive, ontem e anteontem, na leitura do relatório, lá estava o nosso Senador, fazendo a leitura do relatório. O PDT com seus integrantes na CPI, mostrou coerência, procurando sempre se aprofundar nas investigações.

O Governador Leonel Brizola, ninguém pode desconhecer a sua inteligência, a sua capacidade e até aonde ele queria chegar. Na verdade, a favor do "impeachment", a favor do relatório ele sempre foi. O que ele queria, na verdade, é que outras denúncias fossem, também, levadas para esta CPI. O que infelizmente não aconteceu.

Aqui nesta Casa, nós já tínhamos mostrado a nossa posição, posição da Bancada. O que não mostrou o PMDB, que só na última hora resolveu expulsar o Senhor PC Farias. Isto sim tem que ser demonstrado neste momento, porque permitiu que um salafrário, que um estelionatário, que um bandido - o pior bandido do País - permanecesse, ainda, dentro das cores do seu Partido. Isto sim! Inclusive que o Governador do Estado deu um grande passo para a questão habitacional no País é pura mentira, porque na verdade, quem deu esta demonstração foi o PDT, a nível de Curitiba, que desapropriou mais de quatro milhões de metros quadrados para criar o Bairro Novo, lá no Sítio Cercado, para onde está levando aquela gente que veio do interior, pela incompetência do Governo do Estado do Paraná, que não criou uma política de campo para assegurar estas pessoas nas suas próprias regiões.

O que se vê hoje é a cidade inchada, explodindo, e sem condições de dar solução para tudo isso. Então, é preciso deixar bem claro isso: que a questão habitacional o PMDB, no Paraná, não resolveu. Está muito longe de resolver! Quem está resolvendo é o PDT, a nível de Curitiba, conseguindo terreno e casa para aqueles expulsos pelo campo e que infelizmente o PMDB não teve capacidade, de solucionar este problema.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a participação do companheiro Deputado Algaci Túlio.

Eu gostaria, apenas, de registrar ao nobre Líder do Governo, Deputado Pessuti, que com certeza as boas questões do Governo do PMDB para o Paraná terão sempre o apoio e o respaldo do PDT nesta Casa. Mas, jamais deixaremos de cobrar, como temos feito, porque não fazemos aqui uma política sectária, uma política de oposição por oposição. E Vossa Excelência é testemunha disso.

E quando tivermos que enaltecer os bons projetos que quem sabe não de vir para o Paraná, nós nos somaremos a eles e estaremos nesta tribuna, com certeza, enaltecendo este destaque, como temos pedido, freqüentemente, para que o Governo do Estado faça, urgentemente, a política de pessoal, para que de fato se concretize aquilo que se tem dito nos quatro cantos - e vou falar, agora, porque também faço parte desta categoria - que de fato deu entrada ao sorriso, de volta, aos professores do Paraná, fazendo com que se cumpra, que eles serão os melhores professores e os professores mais bem pagos do Brasil.

No momento em que isto acontecer, eu também estarei nesta Tribuna dando destaque a este tipo de postura, como tenho a certeza de que a Oposição também estará dando destaque a este tipo de postura. Porque nós estamos vendo a cada canto deste Estado, o funcionalismo desta Casa, o funcionalismo de outras Secretarias, reclamando das condições de vida na qual se encontram.

Eu creio que nós estamos aqui para nos somar às coisas boas do Paraná. E jamais nos furtamos a elas. E vamos sorrir bastante quando tivermos a oportunidade de vermos renascer a esperança e o sorriso nos lábios e na face dos nossos servidores públicos do Estado, indistintamente.

Para finalizar, Senhor Presidente, eu gostaria de registrar neste momento o elemento, e porque não dizer um dos elementos principais de toda esta devassa da corrupção na vida brasileira. Quero destacar o trabalho sério, o trabalho competente da imprensa nacional e da imprensa paranaense que não tem medido esforços para levar aos quatro cantos deste País a realidade daquilo que se passa a nível de Nação Brasileira. Eu acho que o que está acontecendo hoje, nada mais é do que a imprensa livre e democrática que nós cobrávamos sempre nas praças públicas e nas ruas deste País.

Eu acho que estamos todos nós através da imprensa brasileira, da imprensa paranaense, estaremos todos nós de mãos unidas para vermos finalizando esse relatório os culpados na cadeia e aqui em nome da nossa Bancada nós queremos destacar as nossas congratulações a todos indistinta-

mente, independente do partido político, a todos aqueles que estão se somando nesta hora difícil de Brasil, não apenas a nível de Paraná, mas a nível de Congresso Nacional pondo o seu voto contra a corrupção, contra a bandalheira que se instalou nesse País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Aguardávamos ansiosamente o julgamento do Tribunal Regional Eleitoral sobre duas questões para nós de muita importância. Quarenta e oito novos Municípios foram criados no Paraná, não foram cinquenta porque entendeu o TRE - Tribunal Regional Eleitoral, que dois Municípios, que não fomos autor da Lei, mas que acompanhávamos nesta Casa quando o Governo do Estado arguiu aí a Lei aprovada por nós por questões de dois... **(é tirado o som)** ...e para a nossa alegria, para a nossa satisfação e até mesmo por uma questão de justiça, outro TRE decidiu por três votos favoráveis e dois contrários, autorizar as eleições no Distrito emancipado do Município de Goioerê, de 4º Centenário, terra muito bem conhecida pelo companheiro Deputado Antônio Annibelli, que por lá diversas vezes fez campanha e autorizou também o Distrito emancipado de Umuarama-Perobal.

E nós queremos Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta oportunidade, daqui da tribuna pedir o registro e vamos fazer por requerimento, registrar nesta Casa o voto de louvor aos Ministros do Supremo Tribunal Eleitoral por esta decisão de deixar também o registro dos nossos agradecimentos aos Senhores Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral, que de uma forma ou de outra contribuíram para que essa decisão fosse tomada.

Recebemos nesta manhã, diversos telefonemas de companheiros de 4º Centenário e de Perobal nos pedindo que transmitisse ao Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que lhe transmitisse os agradecimentos, o reconhecimento pelo seu trabalho e pelo seu apoio, se não fosse o seu apoio, não fosse a sua participação talvez não estivesse aqui nesta tribuna pedindo um voto de louvor, um voto de agradecimento aos Desembargadores do TRE e aos Ministros do TSE. Senhor Presidente, pedindo também que viesse a esta tribuna e fizesse o convite para que lá passasse, até mesmo antes das eleições, porque não só querem as lideranças políticas e os partidos diversos que lá vierem disputar as eleições, quer a comunidade lhe abraçar

é agradecer por tudo que fez Vossa Excelência para que hoje o município tenha eleições também em 3 de outubro.

E, em particular, Senhor Presidente, também aqui os nossos agradecimentos pelo seu apoio, pela sua ajuda.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço ao Deputado Nilton Barbosa pelas palavras elogiosas a esta Presidência que nada fez se não cumprir o seu dever de recorrer ao Supremo Tribunal Federal - das decisões do TRE, quando o Supremo Tribunal tinha decidido que os municípios criados até 1º de maio teriam eleições ainda este ano.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, me perdoe, Vossa Excelência, quero registrar aqui também um voto de louvor ao Dr. Joaquim Munhoz de Mello, brilhante advogado de Curitiba que foi o advogado que acompanhou essas questões. Quero registrar aqui os meus agradecimentos, agradecimentos da comunidade de Quarto Centenário e de Perobal por tudo que ele fez e pelo esforço que ele demonstrou para que hoje pudéssemos, aqui, vibrar com mais essa conquista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não era nossa intenção fazer uso da palavra no Horário das Lideranças, mas, o aparte que fez o Deputado Algaci Túlio ao pronunciamento do Deputado Paulo Maia nos conduz a esta tribuna.

O Deputado Algaci Túlio acusa veementemente o Governo do PMDB e os governos do PMDB, de José Richa, de João Elísio, de Álvaro Dias e de Roberto Requião de serem eles os responsáveis pelo inchamento da nossa querida capital do Paraná, Curitiba. Acusa o Deputado Algaci Túlio os nossos Governadores do PMDB, de não terem desenvolvido uma política agrícola em nosso Estado que permitisse a permanência do homem lá no meio rural.

Talvez, sejam esses nossos governadores: Richa, João Elísio, Álvaro Dias e Roberto Requião, também responsáveis pelo inchamento da qual sempre foi vítima a Cidade do Rio de Janeiro, que por dois mandatos está sendo dirigida pelo Governador do PDT - Leonel Brizola e que talvez seja o exemplo maior da existência de favelas neste País. Lá sim que existe um problema sério de pessoas faveladas. E também, nos parece, que isto já é costume do PDT de tentar resolver as coisas nos últimos momentos.

Porque o Prefeito Jaime Lerner já teve oportunidade de ser prefeito de Curitiba por três mandatos e somente agora, às vésperas da eleição, é que resolve investir pesado no sentido de resolver o problema de habitação nesta cidade, implantando um loteamento novo.

Então, minha gente, acusar Richa, João Elísio, Álvaro Dias e Roberto Requião de nada terem feito em favor do homem do campo é querer realmente tapar o sol com a peneira. Porque todos nós sabemos e somos testemunhas que foi nesses governos que ocorreu o maior programa de eletrificação rural neste país, foi aqui no Paraná. Eu nem sei mais o número, mas eu me recordo que só no governo do Richa mais de 120 mil propriedades foram eletrificadas e que de lá para cá tenho certeza que outras 200 mil, pelo menos, já receberam energia elétrica e agora num processo onde a pessoa não tem que pagar juro e correção monetária. Paga a equivalência do produto mínimo. Quantas dezenas de postos de saúde foram construídas em vilas, em bairros, em distritos; quantas escolas foram construídas. Está aqui o Deputado Heinz Herwig que desenvolveu durante a ocasião que estive à frente da diretoria de obras, depois como Diretor Geral do DER, depois como Secretário de Estado de dois Governos, desenvolveu um programa grandioso no sentido de promover o encascalhamento de rodovias rurais e até a pavimentação de rodovias rurais. Nós temos dois municípios que representamos. Jardim Alegre asfaltou a estrada que liga para Barra Preta. Lá em Ivaiporã, que liga o distrito de Arapuã.

O Governador Roberto Requião agora está implantando o programa de calçamento com pedras irregulares, está prosseguindo nesse trabalho através das patrulhas rodoviárias que foram instituídas à época pelo Deputado Heinz. O encascalhamento de rodovias rurais. O Secretário da Agricultura Osmar Dias, o ex-Governador Álvaro Dias, o Governador Roberto Requião desenvolveram e está desenvolvendo o maior programa em favor da agricultura paranaense que é o Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas, que é o Programa Paraná Rural, com dezenas e dezenas de práticas voltadas a valorizar a propriedade rural e a valorizar o homem do meio rural.

Agora, se não bastasse isso, no setor de educação estamos tendo a possibilidade que outrora não existia. Eu me recordo em 1970, Presidente Anibal Khury, quando terminei o primeiro grau, o ginásio lá em Jardim Alegre. Jardim Alegre já era município há 7 anos e não possuía uma escola de segundo grau, tivemos que vir para Curitiba para fazer o segundo grau, porque queríamos fazer o científico e, a cidade mais próxima talvez fosse Londrina que

possuísse. E hoje, neste ano e no ano passado já funcionam escolas de segundo grau em distritos. Esse ano lá em Ivaiporã temos o distrito de Arapuã, o distrito de Ariranha, temos desde o ano passado funcionando em Jardim Alegre, Lidianópolis que será município agora, temos lá a comunidade que nem distrito é de Jardim Florestal, onde já funciona uma escola de segundo grau. Tudo isso no meio rural dos nossos municípios.

Então, é lamentável Deputado Algaci, Vossa Excelência querer atribuir a responsabilidade do êxodo rural aos governadores do PMDB. Se Vossa Excelência atribuísse ao Presidente que foi do Brasil, o José Sarney, eu poderia até concordar, porque a questão do êxodo rural é uma coisa que ocorre no mundo inteiro onde as pessoas procuram urbanizar-se, procuram morar na cidade e trabalhar no campo. E talvez tenha sido sim uma falha de todos os governos federais de não valorizar realmente a pequena propriedade rural. De não instituir como não instituiu até hoje a política de crédito rural, uma política agrícola voltada aos reais interesses da pequena propriedade.

Eu lamento que afirmações como essas de Vossa Excelência, de que o PMDB é o responsável pelo inchaço de Curitiba, porque isso não é verdade. Porque se os problemas estivessem aí e fossem de fácil solução, eu creio que o prefeito de Vossa Excelência já teria resolvido plenamente o problema do transporte coletivo da nossa cidade, que não resolveu; o problema das valetas de céu aberto; o problema das creches que não resolveu; dos postos de saúde que não resolveu. Os problemas existem no Paraná e existem em Curitiba. Agora, querer dizer que o PMDB é responsável pelo êxodo rural e que nada fez pelo homem do meio rural, isso é numa primeira hora, uma mentira deslavada.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Parece-me que Vossa Excelência me chama de mentiroso e ao mesmo tempo também comete uma tremenda de uma mentira quando diz que o prefeito Jaime Lerner não resolveu os problemas de Curitiba, do transporte coletivo. Somente uma pessoa que não tenha boa visão não pode notar que o melhor transporte coletivo do País é o implantado aqui em Curitiba. O mais moderno transporte coletivo implantado no País.

Vossa Excelência deve tomar o caminho da Assembléia à sua casa e da sua casa à Assembléia e ao Palácio Iguaçu e não anda pelos demais pontos da cidade, inclusive, no seu bairro, Vossa Excelência que é meu vizinho. Vossa Excelência pode constatar o

número grande de creches e o Centro de Educação Integral que inauguramos ainda na última sexta-feira nos fundos da sua casa, no Conjunto Paineiras, se Vossa Excelência conhece, que levou o nome do grande escritor jornalista José Vanderlei Dias. Vossa Excelência desconhece o número de creches que implantamos em Curitiba. Desconhece o sistema, de valetas abertas não é uma competência só do município, a maior parte é do Estado do Paraná, da SANEPAR, que não implanta rede de esgoto em Curitiba, há muitos anos. E parece, Deputado Orlando Pessuti, que Vossa Excelência também tenta desconhecer os problemas do Estado do Paraná.

Infelizmente, o Governador Roberto Requião ainda não desceu do palanque, continua governando no palanque. Nós, aqui em Curitiba, montamos o palanque, fazemos a obra, fazemos o discurso, desmanchamos o palanque, mas a obra fica! O Senhor Governador monta o palanque, faz a promessa, desmancha o palanque, vai embora e a obra, infelizmente não acontece!

Eu sou testemunha ocular, Deputado, ando nessa cidade mais do que ninguém, inauguro, implanto projetos, e conheço a realidade da minha Curitiba, nos últimos 10 anos mais de 600.000 famílias chegaram a Curitiba. É difícil para qualquer Prefeito! E nenhum vai fazer mais do que o Prefeito Jaime Lerner está fazendo em Curitiba, talvez o Deputado Rafael Greca, que vai pegar uma cidade já preparada, possa dar continuidade. Fora disso não vejo outra possibilidade, a cidade recebe diariamente um contingente muito grande de pessoas do interior. Das duas uma, ou o PMDB e o Governo Federal não encontraram a solução para o problema da moradia no campo ou a Cidade de Curitiba é tão boa que tem que se vir para cá mesmo! Então Vossa Excelência tem que decidir, ou o PMDB é incompetente ou o PDT é competente demais para agasalhá-lo todos aqui, na cidade, na capital ecológica!

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para concluir, Senhor Presidente, eu quero apenas registrar, Deputado Algaci Túlio, que em nenhum momento eu disse que o transporte coletivo de Curitiba era o pior do mundo, apenas disse, e isso não somos nós que estamos dizendo, é a população que está dizendo que o problema do transporte coletivo não está resolvido.

O Sr. Algaci Túlio - O PMDB foi Governo três vezes, Requião foi Prefeito, Fruet foi Prefeito e não resolveram. Agora nós resolvemos e não está resolvido. É difícil entender isso.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas justamente

Vossa Excelência me dá até a oportunidade de lembrar, se Curitiba é a Curitiba bela que Vossa Excelência afirma e que atrai a população, Vossa Excelência deve lembrar que pela Prefeitura de Curitiba passaram também dois peemedebistas ilustres que são o ex-Prefeito Maurício Fruet e o nosso Governador Requião.

Talvez o trabalho que eles fizeram também tenha motivado algumas dessas 600.000 famílias a se transferirem para Curitiba. E dizer a Vossa Excelência que nós temos conhecimento do que se faz aqui em Curitiba, somos testemunhas do trabalho que foi feito, sabemos que é um trabalho que não está completo, porque se estivesse, Vossa Excelência não estaria falando das obras que estão sendo programadas e das obras que o futuro Prefeito irá desenvolver, mas eu não poderia aceitar também que Vossa Excelência desconhecasse, como afirmou desconhecer aquilo que fez o PMDB em todo o Estado do Paraná.

O Sr. Algaci Túlio - Muito pouco para tanto tempo de Governo!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores inscritos no horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio: **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação dos Projetos de Lei n°s 226/92, 228/92 e 229/92 constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão na discussão e votação da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Rossoni, acima aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 226/92, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado.

PROJETO DE LEI N° 226/92

Curitiba, quarta, em 26.08.92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - A partir de 1° de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta lei;

II - a partir de 1° de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta lei.

Art. 2° - A tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo art. 107, da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973 com a alteração dada pelo art. 2° da Lei n° 10.000, de 26 de junho de 1992, passa a vigorar com os seguintes índices:

1 - Oficiais Superiores	
Coronel.....	1.000
Tenente Coronel.....	913
Major.....	872
2 - Oficiais Intermediários	
Capitão.....	800
3 - Oficiais Subalternos	
Primeiro Tenente.....	731
Segundo Tenente.....	658
4 - Praças Especiais	
Aspirante a Oficial.....	532
Aluno (3° ano).....	477
Aluno (2° ano).....	447
Aluno (1° ano).....	427
5 - Praças	
Subtenente.....	532
1° Sargento.....	477
2° Sargento.....	447
3° Sargento.....	427
Cabo.....	382
Soldado 1ª Classe....	370
Soldado 2ª Classe....	350

Art. 3° - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei n° 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei n° 10.000, de 26 de junho de 1992, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados:

Coronel.....	249,26%
Tenente Coronel.....	243,95%
Major.....	240,13%

Capitão.....	185,77%
1° Tenente.....	127,77%
2° Tenente.....	104,87%
Aspirante a Oficial.....	101,70%
Aluno EFO - 3° ano.....	73,78%
Aluno EFO - 2° ano.....	66,07%
Aluno EFO - 1° ano.....	57,09%
Subtenente.....	99,57%
1° Sargento.....	99,51%
2° Sargento.....	89,25%
3° Sargento.....	80,42%
Cabo.....	68,22%
Soldado de 1ª Classe.....	68,17%
Soldado de 2ª Classe.....	62,05%

Art. 4° - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada:

I - a partir de 1° de agosto de 1992, em Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 3.187.500,00 (três milhões, cento e oitenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 4.312.500,00 (quatro milhões, trezentos e doze mil e quinhentos cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais; e

II - a partir de 1° de setembro de 1992, em Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 3.825.000,00 (três milhões e oitocentos e vinte e cinco mil cruzeiros) de vencimento básico e Cr\$ 5.175.000,00 (cinco milhões e cento e setenta e cinco mil cruzeiros) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5° - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1° de agosto de 1992, e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil e quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1° de setembro de 1992 e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), em 1° de agosto de 1992 para Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), em 1° de setembro de 1992.

Art. 6° - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1° de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992; e

II - a partir de 1° de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 7° - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil e setecentos e três cruzeiros), a partir de 1° de agosto de

1992, e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil e duzentos e quarenta e quatro cruzeiros), a partir de 1° de setembro de 1992.

Art. 8° - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4°, da Lei n° 9109, de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6°, da Lei n° 9373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 4.157,06 (quatro mil e cento e cinquenta e sete cruzeiros e seis centavos), a partir de 1° de agosto de 1992 e em Cr\$ 5.116,38 (cinco mil e cento e dezesseis cruzeiros e trinta e oito centavos), a partir de 1° de setembro de 1992.

Art. 9° - O servidor da administração direta e das autarquias, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Ficam congelados, em seus atuais valores, as importâncias já concedidas a título de adicional por tempo de serviço em desacordo com o estabelecido no caput deste artigo, até que se verifique a sua adequação aos critérios e base de cálculo aqui estabelecidos.

Art. 10 - Fica alterada a nomenclatura dos cargos, grupos ocupacionais e padrões de que trata o Anexo I, da Lei n° 7424, de 17 de dezembro de 1980, na forma do disposto no Anexo III, desta lei.

Parágrafo Único - Os efeitos financeiros, decorrentes da aplicação do disposto neste artigo, serão devidos a partir de 1° de setembro de 1992.

Art. 11 - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitário da administração direta e das autarquias, extensivo aos inativos, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que tratam a Lei n° 9049, de 06 de julho de 1989 e a Lei n° 9515, de 07 de janeiro de 1991.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores ocupantes de cargos de nível superior, que exerçam as funções de pesquisador, responsáveis pela elaboração e implementação de programa/projetos de pesquisa de relevância para o Estado, a Gratificação de Incentivo à Pesquisa, composta de uma parte fixa

baseada na titulação e outra variável baseada no mérito, aferíveis anualmente, no percentual de até 60% (sessenta por cento), calculados sobre os seus vencimentos e/ou salários básicos.

§ 1º - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 2º - A gratificação de que trata o caput deste artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens e é inacumulável com a Gratificação de Incentivo de que trata o artigo 3º, da Lei nº 9788, de 29 de outubro de 1991 e o artigo 11, da Lei nº 9887, de 27 de dezembro de 1991.

Art. 13 - Fica instituída gratificação a ser atribuída, exclusivamente, aos servidores que atuam junto ao Ouvidor Geral do Estado desempenhando as atividades de auditor, no valor de Cr\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a partir de 1º de setembro de 1992, reajustada na mesma época e no índice geral do funcionalismo.

§ 1º - A regulamentação da gratificação de que trata este artigo será estabelecida em Decreto, mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração.

§ 2º - A gratificação de que trata este artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 14 - Os índices percentuais fixados nesta Lei não se aplicam aos servidores da Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos incisos I e II, do art. 1º desta lei, ficando revogados o inciso II do art. 73 e o art. 74, da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, respeitadas os direitos adquiridos aos funcionários que na data da publicação desta Lei, preencham as condições temporais fixadas nestes artigos, a Lei nº 9049, de 6 de julho de 1989, a Lei nº 9515, de 07 de janeiro de 1991 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.92.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

As tabelas referentes a este projeto foram publicadas no D.A. nº 120.

Aprovado.

Registrando o voto contrário da Banca do PT e PDT. Anota-se.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 228/92, que reajusta salários dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, e o do pessoal regido pela CLT, do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 226/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, vigentes em julho de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta lei.

II - a partir de 1º de setembro de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta lei.

Art. 2º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992, e em Cr\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992, e o valor das Pensões Especiais para Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de agosto de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992; e

II - a partir de 1º de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco

mil duzentos e quarenta e quatro cruzeiros) a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 5º - O servidor do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá, a título de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário básico, na forma prevista no artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 07 (sete) quinquênios, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 05 (cinco) anos de serviço público efetivamente prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Art. 6º - Fica extinta, mediante incorporação aos vencimentos e salários dos ocupantes dos cargos de nível universitá-

rio, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, extensivo aos inativos, a Gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), de que trata a Lei nº 9049, de 06 de julho de 1989 e a Lei nº 9576, de 14 de março de 1991.

Art. 7º - A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros previstos no art. 1º, ficando revogada a Lei nº 9.576 de 14 de março de 1991.

Sala das Comissões, em 25.08.92
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI Nº.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA I

AGENCIA: AGOSTO DE 1.992

IV/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
01...	2.386.750,86	2.399.820,86	2.494.980,86	2.594.780,10	2.698.571,30	2.806.514,16	2.918.774,72	3.035.525,71	3.156.946,74	3.283.224,61	3.414.468,81
02...	2.811.642,15	2.892.107,84	2.175.792,15	2.262.823,84	2.353.336,79	2.447.474,27	2.545.369,08	2.647.183,84	2.753.071,19	2.863.194,04	2.977.608,81
03...	1.714.165,84	1.782.732,47	1.854.041,77	1.928.203,44	2.005.331,58	2.085.544,84	2.168.966,64	2.255.725,38	2.345.954,31	2.439.792,49	2.537.384,16
04...	1.475.389,90	1.534.613,50	1.595.998,04	1.659.837,96	1.726.231,48	1.795.280,74	1.867.091,97	1.941.775,65	2.019.446,67	2.100.224,54	2.184.233,52
05...	928.749,09	966.786,54	1.015.125,87	1.065.882,17	1.119.176,27	1.175.135,09	1.233.891,84	1.295.586,43	1.360.365,76	1.428.384,04	1.499.803,21
06...	848.058,43	890.461,35	934.984,42	981.733,64	1.030.820,32	1.082.361,34	1.136.479,41	1.193.303,38	1.252.968,54	1.315.616,97	1.381.397,81
07...	775.367,63	814.136,01	854.842,81	897.584,93	942.464,20	989.587,41	1.039.066,78	1.091.024,12	1.145.571,13	1.202.849,68	1.262.992,11
08...	702.676,99	737.810,84	774.701,38	813.436,45	854.108,27	896.813,69	941.654,37	988.737,09	1.038.173,94	1.090.082,64	1.144.586,71
09...	678.446,85	712.369,19	747.987,65	785.387,83	824.656,39	865.889,21	909.183,67	954.642,35	1.002.374,99	1.052.493,74	1.105.118,41
10...	629.986,26	661.485,57	694.539,85	729.287,84	765.752,24	804.039,85	844.241,84	886.453,93	930.776,63	977.315,46	1.026.181,21
11...	557.295,51	585.168,29	614.418,30	645.139,21	677.396,18	711.265,98	746.829,28	784.170,75	823.379,29	864.548,25	907.775,61
12...	484.576,69	508.826,52	534.267,85	560.981,24	589.030,31	618.481,82	649.405,91	681.876,21	715.970,02	751.768,52	789.356,91

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI No.

TABELA II

VIG.08/92

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	1.525.706,24
SIMBOLO DAS-3.....	1.288.236,77
SIMBOLO DAS-5.....	1.026.576,42

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	662.492,52
SIMBOLO 3-C.....	564.798,27
SIMBOLO 9-C.....	382,87

TABELA III

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	38.743,31
SIMBOLO 2-F.....	32.888,98
SIMBOLO 4-F.....	23.279,83

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI No.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA I

ENCIA: SETEMBRO DE 1.992

REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
01...	2.768.544,87	2.878.824,87	2.993.977,84	3.113.736,12	3.238.285,56	3.367.816,98	3.502.529,66	3.642.630,85	3.788.336,88	3.939.869,53	4.097.421,11	4.261.281,11
02...	2.413.978,58	2.518.529,41	2.618.950,58	2.715.368,61	2.824.844,15	2.936.964,32	3.054.442,89	3.176.626,61	3.303.685,43	3.435.832,85	3.573.281,11	3.716.241,11
03...	2.856.999,84	2.939.278,96	2.224.850,12	2.313.844,13	2.406.397,89	2.502.653,81	2.602.759,96	2.706.870,36	2.815.145,17	2.927.750,98	3.044.861,82	3.166.631,11
04...	1.774.747,88	1.841.536,28	1.915.197,65	1.995.885,55	2.075.477,77	2.154.336,89	2.240.516,36	2.330.138,77	2.423.336,81	2.520.269,45	2.621.008,22	2.725.601,11
05...	1.544.898,91	1.568.143,86	1.218.156,85	1.279.858,60	1.343.815,53	1.410.162,11	1.480.671,21	1.554.783,72	1.632.438,91	1.714.860,85	1.799.763,98	1.888.101,11
06...	1.417.678,12	1.468.553,63	1.121.981,31	1.178.488,37	1.236.984,39	1.298.833,61	1.363.775,29	1.431.964,86	1.503.562,26	1.578.746,37	1.657.677,39	1.740.401,11
07...	930.441,15	976.963,21	1.025.841,37	1.077.181,94	1.130.957,83	1.187.144,88	1.246.880,13	1.309.224,14	1.374.685,34	1.443.419,61	1.515.598,59	1.591.271,11
08...	843.212,38	885.373,84	929.641,65	976.123,73	1.024.929,92	1.076.176,41	1.129.985,23	1.186.484,58	1.245.888,72	1.308.899,16	1.375.544,12	1.445.871,11
09...	814.136,22	854.843,83	897.585,18	942.464,44	989.587,66	1.039.867,85	1.093.820,40	1.151.571,42	1.212.849,99	1.262.992,49	1.326.140,11	1.393.331,11
10...	755.983,51	793.782,69	833.471,82	875.145,41	918.942,68	964.847,82	1.013.890,21	1.063.744,72	1.116.931,95	1.172.778,55	1.231.417,48	1.292.901,11
11...	668.754,61	702.192,34	737.381,96	774.167,86	812.875,41	853.519,18	896.195,14	941.844,89	988.855,14	1.037.457,90	1.089.334,79	1.144.501,11
12...	581.516,83	618.591,83	641.121,42	673.177,49	706.836,37	742.178,19	779.287,10	818.251,45	859.164,82	902.122,23	947.226,34	994.501,11

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI No.

TABELA II

VIG.09/92

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	1.830.847,49
SIMBOLO DAS-3.....	1.545.884,12
SIMBOLO DAS-5.....	1.231.891,70

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	794.991,03
SIMBOLO 3-C.....	677.757,92
SIMBOLO 9-C.....	459.441,11

TABELA III

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	46.491,98
SIMBOLO 2-F.....	39.466,77
SIMBOLO 4-F.....	27.935,80

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 229/92, que reajusta os níveis de vencimentos dos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 228/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, pertencente ao Grupo Operacional II, e dos cargos efetivos correspondentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V e o Subgrupo Ocupacional, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo I dessa lei;

II - a partir de 01 de setembro de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo I dessa lei.

Art. 2º - As tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro do Tribunal de Contas, ficam reajustadas conforme disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo I desta Lei;

II - a partir de 01 de setembro de

1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo II desta lei.

Art. 3º - O valor do salário-família fica reajustado para Cr\$ 2.012,00 (dois mil e doze cruzeiros), a partir de 01 de agosto de 1992 e Cr\$ 2.415,00 (dois mil quatrocentos e quinze cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Representação de Gabinete fica reajustado em 50% (cinquenta por cento), cuja implantação obedecerá o disposto abaixo:

I - a partir de 01 de agosto de 1992, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992; e

II - a partir de 01 de setembro de 1992, mais 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em julho de 1992.

Art. 5º - Fica fixado o valor único da Gratificação de Produtividade em Cr\$ 62.703,00 (sessenta e dois mil, setecentos e três cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 75.244,00 (setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro cruzeiros) a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Orçamento Próprio do Tribunal de Contas.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com os efeitos financeiros previstos no art. 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.92

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

A N E X O I

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de agosto de 1992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

AGOSTO/1992

NÍV.	R E F E R Ê N C I A S			
	I	II	III	IV
1	1.947.543,00	1.967.622,00	1.987.700,00	2.007.777,00
2	1.408.814,00	1.423.338,00	1.437.861,00	1.452.386,00
3	1.350.719,00	1.365.243,00	1.379.766,00	1.394.291,00
4	1.292.624,00	1.307.147,00	1.321.671,00	1.336.194,00
5	1.234.527,00	1.249.187,00	1.263.576,00	1.278.099,00
6	1.176.432,00	1.190.957,00	1.205.480,00	1.220.004,00
7	1.118.337,00	1.132.860,00	1.147.385,00	1.161.909,00
8	1.060.242,00	1.074.765,00	1.089.290,00	1.103.813,00
9	1.002.146,00	1.016.670,00	1.031.193,00	1.045.718,00
10	944.051,00	958.575,00	973.098,00	987.623,00
11	885.956,00	900.479,00	915.003,00	929.526,00

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	1.525.706,24
▪ DAS-2	1.397.605,01
▪ DAS-3	1.288.236,77
▪ DAS-4	1.139.500,05
▪ DAS-5	1.026.576,42

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, bem como, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 01 de setembro de 1992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

NÍV.	REFERÊNCIAS			
	SETEMBRO/92			
	I	II	III	IV
1	2.337.052,00	2.361.146,00	2.385.239,00	2.409.332,00
2	1.690.577,00	1.708.006,00	1.725.434,00	1.742.863,00
3	1.620.862,00	1.638.292,00	1.655.719,00	1.673.149,00
4	1.551.148,00	1.568.576,00	1.586.005,00	1.603.433,00
5	1.481.433,00	1.498.862,00	1.516.291,00	1.533.719,00
6	1.411.719,00	1.429.148,00	1.446.576,00	1.464.005,00
7	1.342.004,00	1.359.433,00	1.376.861,00	1.394.291,00
8	1.272.290,00	1.289.718,00	1.307.147,00	1.324.575,00
9	1.202.575,00	1.220.004,00	1.237.432,00	1.254.861,00
10	1.132.861,00	1.150.290,00	1.167.718,00	1.185.147,00
11	1.063.147,00	1.080.575,00	1.098.004,00	1.115.431,00

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	1.830.847,49
▪ DAS-2	1.677.126,02
▪ DAS-3	1.545.884,12
▪ DAS-4	1.367.400,06
▪ DAS-5	1.231.891,70

ANEXO II

SETEMBRO/92

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	794.991,03
SÍMBOLO 2-C	734.213,96
SÍMBOLO 3-C	677.757,92

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	46.491,98
SÍMBOLO 2-F	39.466,77
SÍMBOLO 3-F	34.802,35
SÍMBOLO 4-F	27.935,80
SÍMBOLO 5-F	25.530,61
SÍMBOLO 6-F	20.840,70
SÍMBOLO 7-F	16

A N E X O IAGOSTO/92TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	662.492,52
" 2-C	611.844,97
" 3-C	564.798,27

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	38.743,31
" 2-F	32.888,98
" 3-F	29.001,96
" 4-F	23.279,83
" 5-F	21.275,50
" 6-F	17.367,33
" 7-F	13.485,59

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/92, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Pestalozzi de Catanduvas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/92, de autoria do Deputado João Preis, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Kairós, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que objetiva declarar de Utilidade Pública, a Escola de Cantores São Pio X. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/92, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Clevelândia com sede e foro naquela cidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Pela Ordem) - Só para registrar: como encaminhamos ontem, nos três projetos nosso voto fica registrado contrário, não por não concordar com o aumento mas pela forma como o Governador encaminhou o projeto a esta Casa.

O SR. PAULO MAIA - Nosso registro se prende ao mesmo fato, Senhor Presidente, às mesmas justificativas apresentadas ontem à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Será anotado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 076/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 510/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a pagar integralmente a regência de classe devida aos professores das aulas especiais técnico desportivo da rede estadual de ensino. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 192/92

Curitiba, 16 de junho de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 164/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 510/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, pagará integralmente a gratificação de regência de classe aos professores de Aulas Especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de Ensino. Visa, ainda, assegurar aos professores aposentados que na atividade cumpriram os requisitos exigidos para a percepção da referida gratificação de regência de classe, a incorporação da mesma aos proventos de inatividade.

O projeto de lei em exame não mereceu acolhimento em face de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque fere frontalmente os mandamentos contidos nos incisos I e II, do art. 66, da Constituição Estadual, os quais, combinados com o art. 87, inciso IV, da mesma Carta, conferem ao Governador do Estado a competência privativa para o início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico, ou que, de qualquer modo, aumentem sua remuneração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 510/91, foi publicado no D.A. nº 148/91 de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 076/92

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o Veto apostado ao Projeto de Lei nº 510/91, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, o qual aprovado e decretado nesta Casa, autorizava o Poder Executivo a pagar, integralmente, a regência de classe devida aos professores das aulas especiais técnico desportivo da Rede Estadual de Ensino. O dito veto, foi comunicado a esta Casa de Leis através do Ofício DTL/SAT nº 192/92, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O chefe do Poder

Executivo vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere os artigos 87, VII e 71 § 1º, ambos da Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é a INCONSTITUCIONALIDADE do mesmo, por ferir frontalmente os mandamentos contidos nos incisos I e II, do art. 66, combinado com o inciso IV do art. 87, ambos da Constituição Estadual; os quais conferem ao Governador do Estado a competência privativa para o início do processo legislativo de leis que disponham sobre os servidores públicos, seu regime jurídico, ou que, de qualquer modo, aumentem sua remuneração.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o procedimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável, devendo o veto ser submetido a consideração do Plenário. O Relator, ressalta que dado o mérito da matéria, seja encaminhado expediente ao Poder Executivo, solicitando envio de Mensagem de que trata o Art. 35, § 3º da C.E.

Sala das Comissões, em 11.08.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

Votação do Veto apostado ao Projeto de Lei nº 510/91.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão SIM; os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão NÃO.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Proposição de Veto 076 ao Projeto de Lei nº 510 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, merece destaque da nossa parte quando naquela oportunidade, e nós não podemos concordar em hipótese alguma a justificativa de Sua Excelência o Governador do Estado que diz: "Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Educação pagará integralmente a gratificação de regência de classe aos professores de aulas especiais de treinamento técnico desportivo na rede estadual de ensino; visa ainda, assegurar aos professores aposentados que na atividade de cumprir os requisitos exigidos para percepção da referida gratificação de regência de classe, a incorporação da mesma aos proventos de inatividade."

É de conhecimento desta Casa que no exercício legislativo de 1991 apresentamos à mesma Projeto de Lei que procurava garantir o pagamento da regência de classe à esses professores que deram toda uma vida sua e de sua família pela educação no Es-

tado do Paraná.

Tivemos o Projeto aprovado em 1ª discussão, derrubado em 2ª discussão, quando naquela oportunidade a liderança do Governo nos dizia que o Governo do Estado faria o levantamento desses trabalhadores e garantiria a incorporação desse direito porque era um número pequeno. Um ano está se passando, estamos caminhando para o segundo ano, nenhum levantamento se fez, e na oportunidade nós destacávamos também a emenda apresentada pelo Deputado Alceu Swarowski a esse Projeto onde procurava garantir a esses trabalhadores hoje aposentados o direito da incorporação da regência.

Acho que todos nós aqui estamos conscientes da necessidade da derrubada deste Veto para que esta Casa não falte com a verdade, para que esta Casa garanta esse direito que aqui foi afirmado por Sua Excelência o nobre Líder do Governo que inclusive havia levado ao conhecimento dos dirigentes da Associação dos Professores do Paraná esta garantia do Governador Roberto Requião.

E nós não podemos aceitar mais uma vez que um Projeto dessa natureza tenha sido derrubado da forma como aqui ficou caracterizado de que o Governo não aceitava os projetos de lei porque faria o levantamento e garantiria a incorporação dos direitos desses trabalhadores e que a partir da implantação da lei em 1989 para os atuais e aqueles dali para trás ficariam prejudicados.

Nós temos certeza de que esta Casa há de derrubar por unanimidade o veto de Sua Excelência o Senhor Governador, para que aqui fique caracterizado o compromisso do voto recebido; tenho certeza de que por muitos Parlamentares desta Casa, por muitos desses professores, por muitos desses trabalhadores que deram toda uma vida pela educação do Estado do Paraná.

Aprovando este veto, nós estaremos dando simplesmente a estes professores a garantia do direito da sua dignidade, a garantia do reconhecimento de um direito que, lamentavelmente, até ontem, quem sabe daqui a pouco o Governo do Estado faça de fato o levantamento e garanta esta incorporação aos vencimentos, já minguados, dos professores aposentados do Estado do Paraná.

Nós temos a certeza de que esses professores não de sair daqui não na esperança de ver concretizados os salários do melhor professor do Brasil, mas tendo incorporado um direito líquido, sagrado e certo que deve ser garantido por todos os Deputados que têm compromisso com a classe trabalhadora.

Por isso, o PDT, aqui representado pelo Deputado Algaci Túlio, pela Deputada

Emília Belinati, vai votar pela derrubada do veto como eu tenho certeza de que os vinte e oito votos necessários à derrubada não de ser garantidos neste Plenário.

Eu creio que não há necessidade até de se ter medo de votar secretamente, porque, com certeza, o medo fica injustificado, porque dentro daquela cabine, aqueles que têm receio de votar ou de serem prejudicados pelo Governo do Estado, ninguém vai saber se foi ele que deixou de votar.

Vamos garantir aqui o direito desses trabalhadores e o compromisso que foi feito nesta Casa de que o Governo garantiria o pagamento da regência de classe a esses trabalhadores da educação.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Só para registrar, apesar do voto ser secreto, mas também conclamar aos Deputados desta Casa pela derrubada deste veto, porque não podemos negar esse direito aos professores que têm essas atividades e que seria uma injustiça que esta Casa faria mantendo esse veto.

Desta forma, nós iremos votar pela derrubada do veto e conclamamos a todos os Deputados que façam o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão manifestar-se votando com as cédulas que contêm a expressão **SIM**.

Os contrários à manutenção do veto deverão manifestar-se utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão **NAO**.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Votaram trinta e sete Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram trinta e sete Senhores Deputados.

Designo uma Comissão constituída pelos Senhores Deputados Emília Belinati, Lygia Pupatto, Cleiton Kielse e João Iensen para comporem a Comissão escrutinadora.

Votaram trinta e sete (37) Senhores Deputados: pela manutenção do veto, dezessete (17) votos; pela rejeição do veto, dezessete (17) votos. Votos em branco, três (03).

Está mantido o veto.

Sobre a mesa, requerimento nº 1333, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1329, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1330, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1332 e 1331, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1334, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Eurides Moura, Algaci Túlio e Mário Bezerra, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1335, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1337, de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri, Albino Corazza, Rafael Greca de Macedo e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 1339, 1341 e 1340, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1342, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, comunicando aos Senhores Parlamentares que quinta-feira, dia 27, e segunda-feira, dia 31 de agosto, será destinado ao Trabalho das Comissões, marcando uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 01 de setembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 110/92, 174/92, 211/92 e 224/92.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 057/92, 062/92, 063/92 e 079/92.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS CEZAR SILVESTRI, ALBINO CORAZZA, RAFAEL GRECA DE MACEDO, PAULO MAIA, EMÍLIA BELINATI E ALGACI TÚLIO.

"Monumento a Getúlio Vargas (I)"

Léo de Almeida Neves

Faz 38 anos que o Presidente Getúlio Vargas desferiu um tiro no próprio coração "saíndo da vida, para entrar na história".

Na verdade, desde que aceitou sua candidatura a Presidente da República, em 1950, atendendo ao movimento popular "Ele voltará", Vargas tinha a premonição de morte violenta ou de sua deposição do Governo. Ao discursar, em Porto Alegre, no comício inaugural de sua campanha, ele disse que "se tombasse na luta queria que seu corpo repousasse no solo do Rio Grande do Sul".

Já eleito, entrevistado pela imprensa, afirmou que dificilmente terminaria seu mandato, pois adotaria medidas que contrariariam os interesses de poderosos grupos econômicos, sobretudo internacionais.

No exercício do poder de 1930 a 1945, além de ter implantado moderna legislação social e trabalhista, Vargas editou o Código de Minas, nacionalizando as riquezas naturais e o subsolo; estatizou a multinacional Itabira Iron, transformada na Companhia Vale do Rio Doce (a maior empresa mineradora do mundo); construiu a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, indústria de base que significou o marco inicial da emancipação econômica do País.

Para tornar realidade esta siderúrgica, Vargas atuou com grande habilidade, antes de comprometer o Brasil na 2ª Guerra Mundial ao lado dos aliados. Foi na visita ao Brasil, em 1942, de Franklin Delano Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos, que Vargas obteve o compromisso de empréstimos e de equipamentos para concretizar essa grandiosa obra.

Terminada a guerra com a derrota do eixo (Alemanha, Itália e Japão), Vargas concedeu anistia geral aos presos políticos e baixou Ato Adicional convocando eleições para Presidente da República e Assembléia Nacional Constituinte (Senadores e Deputados Federais) para 2 de dezembro de 1945.

Após indébita interferência nos assuntos internos brasileiros do embaixador americano Adolfo Berle Júnior, Vargas foi deposto pelas Forças Armadas em 29 de outubro de 1945, (Roosevelt, amigo de Getúlio, falecera poucos meses antes, sendo substituído pelo vice Harry Truman).

Exilou-se em São Borja, e sem sair de

Curitiba, quarta, em 26.08.92

lá, elegeu-se senador por São Paulo e Rio Grande do Sul, pelo PTB e PSD, respectivamente, partidos por ele criados, e Deputado Federal por 8 estados, inclusive o Paraná. Optou por representar seu estado natal. No Senado, pronunciou magistrais discursos, defendendo seu Governo e apontando rumos para o País.

As forças conservadoras e reacionárias fustigavam Vargas de todas as maneiras, até com ofensas pessoais no recinto do Senado. Chegaram a lhe atribuir a chefia de um "Golpe dos Sargentos" contra o Governo do General Eurico Gaspar Dutra, que havia vencido as eleições presidenciais, com o apoio de Getúlio, mas se compôs com os adversários da UDN, formando "Governo de União Nacional" e isolando os trabalhistas do PTB na oposição.

Sem condições de segurança para continuar no Rio de Janeiro, Vargas voltou para o auto-exílio de São Borja, que se transformou na Meca dos Trabalhistas e Getulistas de todo País. O grito "Ele Voltará" espalhou-se pelo território nacional.

Vargas tentou, em vão coordenar outros nomes como candidato a presidência: Oswaldo Aranha, Nereu Ramos, Salgado Filho etc., mas culminou aceitando sua candidatura com a frase: "Levai-me convosco".

A campanha eleitoral empolgou multidões e ele se elegeu, em 3 de outubro de 1950, com 48% dos votos, derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, e Cristiano Machado, do PSD. Nesta eleição, surgiu o neologismo "cristianizar" em função da maior parte dos dirigentes e eleitores do PSD abandonarem seu candidato para sufragarem Getúlio Vargas.

O comício de encerramento da campanha realizou-se em São Borja, de onde acompanhou as apurações e lá permaneceu coordenando a composição de sua equipe de governo. Antes de tomar posse em janeiro de 1951, Vargas passou rapidamente por São Paulo, sendo hóspede do Governador Adhemar de Barros, líder do PSP, que havia indicado o candidato a vice-presidente Café Filho. Este influenciou decisivamente no epílogo da crise de agosto de 1954, que levou Vargas ao suicídio, quando se aliou aos golpistas e sugeriu a renúncia conjunta, dele e de Getúlio.

Após a vitória de Vargas no pleito de 3.10.1950, a UDN tentou impedir a sua posse com a tese da maioria absoluta de votos, não prevista na legislação eleitoral. A grande imprensa e setores militares respaldavam o "golpe branco". Amparado na lei, Vargas venceu as resistências convidando o general nacionalista Estilac Leal para ministro da Guerra e dois importantes empresários paulistas aos cargos-chaves de ministro da Fazenda e presidente do Banco do Brasil: Horácio Lafer, de ascendência

israelita, e Ricardo Jafet, de origem árabe.

No seu último governo, Vargas criou a PETROBRAS, cuja lei foi sancionada em 3.10.1953. Propôs ao Congresso a constituição da ELETROBRAS e encaminhou a Lei de Remessa de Lucros. Fundou o Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), fundamentais para a implantação de novas indústrias.

João Goulart, no Ministério do Trabalho, prestigiava os Sindicatos de Trabalhadores e queria duplicar o salário mínimo. O "Manifesto dos Coronéis" compeliu Getúlio a demitir Jango do cargo, entretanto ele assinou o decreto que beneficiava os trabalhadores. Todas essas medidas de caráter popular-nacionalista afrontavam fortes interesses. Houve, porém, um fator que contribuiu muito para a tempestade que viria a desabar sobre o governo de Vargas. Em 1961, o principal noticiário radiofônico era o "Repórter Esso", e os anunciantes dos maiores jornais: as multinacionais dos remédios, das pastas de dente, dos sabonetes, dos artigos de limpeza, além da Light (eletricidade e bonde), da ITT (Telefone) e das distribuidoras de petróleo.

Vargas estimulou o jornalista Samuel Wainer, que fizera para os Diários Associados a cobertura de sua campanha, a criar a Última Hora, a fim de defender ideais nacionalistas e causas populares. O sucesso gráfico, editorial e de vendas do novo jornal e a gestão revolucionária de Vargas despertaram as iras dos meios de divulgação, que passaram a lhe fazer feroz e sistemática oposição, notadamente, a Tribuna de Imprensa, de propriedade do jornalista Carlos Lacerda, inimigo implacável de Vargas.

A UDN, que sofria o complexo da falta de votos, voltou a cortejar os quartéis para pregar a deposição de Vargas.

A grande acusação contra Vargas consistia no Banco do Brasil haver financiado a compra de máquinas pela Última Hora. Para isso instalaram a CPI no Congresso, embora a operação de crédito tivesse garantias reais, com hipoteca dos bens (esse financiamento foi todo pago ao Banco: o principal e os juros).

1954 - ano da eleição - ampliava as paixões políticas. Carlos Lacerda comparecia aos comícios, acompanhado de oficiais da Aeronáutica à paisana. No dia 5 de agosto de 1954, ocorreu o atentado da Rua Toneleros contra Lacerda, vitimando o Major Rubens Florentino Vaz, que estava a seu lado. Formou-se o IPM do Galeão e des-

cobriram o assassino, um pistoleiro de nome Alcino, e o mandante do crime: Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, que agiu por conta própria como ficou afinal comprovado. Todavia, a "República do Galeão", a imprensa e os políticos da oposição dizem que Vargas, seu filho Lutero ou seu irmão Benjamim seriam os autores intelectuais do atentado.

No meio da crise, Vargas declarou enfaticamente: "Só sairei do Palácio do Catete morto". Não obstante, o grande apoio popular e de setores do Exército, Vargas não quis resistir e optou pelo seu sacrifício na manhã de 24 de agosto. Seu ato extremo foi eminentemente político. Diz o bilhete de próprio punho; "A sanha de meus inimigos deixa o legado de minha morte". A Carta Testamento fala da Petrobrás, da Eletrobrás, dos lucros extraordinários das empresas estrangeiras, da crise do café (boicote ao consumo pelas donas de casa norte-americanas após a geada de 1953), dos interesses do povo e principalmente dos humildes. Lembra ainda a vitoriosa revolução (de 1930). Eis alguns trechos do histórico documento:

"Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o meu perdão e aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna, mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém".

O patriotismo, a probidade pessoal (reconfirmada no inventário de seus bens), o espírito público e a visão de estadista foram a característica do político Getúlio Vargas, que aos 72 anos ainda teve forças para o gesto extremo de renunciar à própria vida.

Lamentavelmente, depois do Movimento Militar de 1964, o ensino da história do Brasil passou a minimizar o papel de Vargas e a Carta Testamento é ignorada nos livros escolares.

Na atual fase da vida brasileira de descrédito aos políticos e às instituições e de ausência de amor a Pátria, cabe evocar o estadista Getúlio Vargas e sugerir o lançamento de Movimento Popular para a construção, no Rio de Janeiro, onde ele exerceu os cargos de Ministro da Fazenda, Deputado Federal, Senador e Presidente da República por quase 19 anos, de um monumento que registre sua trajetória política e seus feitos administrativos, servindo de exemplo às gerações vindouras.

ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
DE 01 a 30 DE JUNHO DE 1992.

B09

NO MÊS

ATÉ O MÊS

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária	0,00
Receita de contribuições	0,00
Receita patrimonial	0,00
Receita agropecuária	0,00
Receita industrial	0,00
Receita de serviços	0,00
Transferências correntes	7.075.000.000,00
Outras receitas correntes	0,00
	<u>7.075.000.000,00</u>

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito	0,00
Alienação de bens	0,00
Amortização de empréstimos	0,00
Transferências de capital	0,00
Outras receitas de capital	0,00
	<u>0,00</u>
	<u>7.075.000.000,00</u>

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Débitos de tesouraria	0,00
Depósitos de diversas origens	502.639.755,72
Depósitos extraordinários	2.157.421.510,60
Acordos e Convênios	0,00
Contas a regularizar	0,00
Outras operações	0,00
	<u>2.660.061.266,32</u>

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa	0,00
Bancos conta movimento	8.823.663.875,61
Bancos conta vinculada	0,00
Conta aplicações financeiras	0,00
Conta poupança	0,00
	<u>8.823.663.875,61</u>

TOTAL 18.558.725.141,93

45.633.622.255,52

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES

Despesas de custeio	4.723.593.054,49	20.775.803.576,03
Transferências correntes	1.746.186.024,30	7.926.836.564,70
	<u>6.469.779.078,79</u>	<u>20.702.640.140,73</u>

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar

Pagamentos	1.129.214,48	43.691.759,96
Cancelamentos	0,00	0,00
	<u>1.129.214,48</u>	<u>43.691.759,96</u>

Débitos de tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de diversas origens	0,00	0,00
Depósitos extraordinários	1.358.308.932,59	6.157.782.438,76
Acordos e convênios	0,00	0,00
Contas a regularizar	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
	<u>1.358.308.932,59</u>	<u>6.157.782.438,76</u>

1.359.438.147,07

6.201.474.198,72

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento	10.729.507.916,07	10.729.507.916,07
Bancos conta vinculada	0,00	0,00
Contas aplicações financeiras	0,00	0,00
Conta poupança	0,00	0,00
	<u>10.729.507.916,07</u>	<u>10.729.507.916,07</u>

TOTAL.....18.558.725.141,93

45.633.622.255,52

ABIB MIGUEL
Diretor GeralGABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DATEDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenador Contabilidade